ANÁLISE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: UMA APLICAÇÃO DO MODELO DOS MULTIPLOS FLUXOS

Allan Fernando Zardo da Silva (UEM); Fernanda Gimenez Milani (UEM); Pedro Henrique Iglesiaz Menegaldo (UEM)
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
allan_fzs@hotmail.com

Palavras-chave: Esporte; Políticas públicas; Governo federal.

Introdução

As práticas esportivas passaram a fazer parte da sociedade brasileira a partir do século XIX, apesar de, a princípio, ser considerada uma prática restrita a elite, o esporte não demorou muito para se tornar popular e alcançar outros grupos e direções sociais pelo país(MARCHI JR; SOUZA; STAREPRAVO, 2014). As modalidades esportivas em nosso país surgiram por intermédio da sociedade civil e também dos imigrantes, naquela época a prática esportiva assumia um caráter recreativo e socializador (MEZZADRI, 2000).

A partir de um determinado período, o Estado entra no campo esportivo passando a ser de certa forma o protagonista. Dessa maneira, passa a atuar no campo esportivo nas décadas de 1930 e 1940.

A partir de então, o governo federal incorpora uma pasta direcionada ao esporte nas suas estruturas administrativas. As primeiras foram, Divisão de Educação Física (1937), Departamento de Educação Física e Desportos (1970), Secretaria de Educação Física e Desporto (1978), e Secretaria de Desportos (1992) ligadas ao extinto Ministério de Educação e Cultura. Em 1990, a Secretaria de Desportos da Presidência da República esteve ligada a estrutura da presidência, em 1995 houve a criação do Ministério Extraordinário do Esporte que permaneceu até 1998 com a criação do Ministério do Esporte e Turismo. Durante todos esses anos o esporte não teve um ministério definitivo e exclusivo, algo que acontece no início do governo Lula em 2003 com a criação do Ministério do Esporte e permanece até os dias atuais.

Marcado por contradições e disputas, o Ministério do Esporte foi criado com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”[4], portanto, houve um movimento no qual levou essa manifestação social a ganhar notoriedade a ponto de entrar na agenda de governo a criação de um ministério exclusivo para o esporte.

[4]Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003.

Objetivo

Analisar o processo de criação do Ministério do Esporte a partir do modelo dos Múltiplos Fluxos.

Metodologia

A pesquisa, descritivo-exploratória, tratar-se-á de análise bibliográfica, com uma busca a literatura que aponta elementos sobre o processo de criação do Ministério do Esporte, bem como, noticiários como jornais da época. A análise dos dados será feita a partir do modelo teórico dos Múltiplos Fluxos, advindo da Ciência Política. Os dados serão coletados buscando identificar se houve uma convergência dos três fluxos, apontados pelo modelo, no qual levaram a janela de oportunidade (*policywindow*) que foi a criação do Ministério do Esporte.

Resultados

O modelo de Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Model) desenvolvido por John Kingdon (2003), busca explicar de que forma um problema político entra para a agenda governamental e se torna objeto de resolução da ação do governo.

A agenda governamental é definida quando questões que se tornam prioridades para os formuladores de políticas em um determinado momento (KINGDON, 2003). Estas prioridades se alternam no decorrer dos anos, isto se dá, devido a convergência de três fluxos, o fluxo de problemas (problems), fluxo de soluções ou alternativas (policies) e fluxo de políticas (politics).

No fluxo de problemas, o modelo procura identificar o processo de seleção de problemas, ou seja, de que forma determinada questão é reconhecida como um problema e porque determinados problemas se inserem na agenda governamental. Sendo assim, o primeiro fluxo consiste na identificação de um problema específico que exige uma solução. No fluxo de soluções (policy stream) acontece o contrário, as pessoas criam alternativas e soluções (policy alternatives), para então procurarem o problema que melhor se encaixa, do ponto de vista econômico e técnico (CAPELLA, 2006).

De acordo com Kingdon (2003), as ideias são elementares no processo de decisão política, elas surgem dentro das comunidades (communities) compostas por especialistas (pesquisadores, acadêmicos, funcionários públicos, entre outros) que são os principais responsáveis por pensarem novas ideias (KINGDON, 2003; CAPELLA, 2006).

Por fim, o fluxo político (*policy streams*) está relacionado com o universo político que ultrapassa os conceitos de estratégia, de poder e de influência. Esta fluxo está centrado nas disputas, barganhas e negociações que permeiam o universo político. Segundo o autor, este fluxo é composto por três elementos que são determinantes para alterar a agenda governamental: “clima” ou “humor” nacional; forças políticas organizadas por grupos de pressão; e, mudanças dentro do próprio governo (turnover).

O primeiro, corresponde ao “clima” ou “humor” nacional (national moodino), ou seja, opiniões compartilhadas entre a sociedade sobre determinada situação durante um período de tempo, criando incentivos para que uma questão se sobressaia as demais. O

segundo,está relacionado com as forças políticas dos grupos de pressão que podem ser favoráveis ou contrários a emergência de uma questão à agenda governamental. O terceiro, trata-se das mudanças dentro do próprio governo que determinaram a entrada, o bloqueio ou a restrição de questões a agenda. Isto ocorre devido à adoção de novas estratégias que podem acarretar na alteração na estrutura do governo (turnover), bem como, na composição do Congresso; ou também podem estar relacionadas ao início de uma nova gestão.

A dinâmica dos três fluxos (problemas, soluções e dinâmica política) ou a forma como eles se convergem, vão criar oportunidades, denominadas de janelas políticas, para a entrada ou a saída de uma questão/problema na agenda governamental (BRASIL, 2013). Portanto, pretendemos com a utilização do modelo, explorar como o esporte ganhou força e passou de uma pasta "metamorfósica" e vinculada a outros ministérios, para ter o seu próprio ministério no qual perdura por 15 anos.

Conclusões

Diante da lacuna de estudos que discutem as políticas públicas de esporte e lazer na perspectiva de modelos teóricos advindos da Ciência Política, buscar-se-á com a utilização do modelo dos Múltiplos fluxos, uma qualificação teórica e conceitual para este subcampo científico-acadêmico. Pretendemos, a partir dos dados coletados, identificar os três fluxos (problemas, soluções e políticas) que convergiram para a janela de oportunidade (*policy window*) que resultou na criação do Ministério do Esporte.

Referências

BRASIL, F. G. **Instituições participativas e políticas públicas: uma nova literatura para a agenda de pesquisa**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.** BIB, São Paulo, nº 61, pp. 25-52, 2006.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York,Harper Collins, 2003.

MARCHI JUNIOR, W; SOUZA, J; STAREPRAVO, F, A. Esporte de inclusão social: reflexões sobre o Brazil Sportive dos megaeventos. In: MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez Vieira ; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli . **Legados do Esporte brasileiro**, 2014, p. 519-559.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas,2000.